

PRECONCEITO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: NORMA CULTA, POPULAR E A POSSIBILIDADE DO USO DA MICROCONSTRUÇÃO AGORA NAS AULAS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Andreia Prado Lima

Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual da Bahia – UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin).

Professora de Língua Portuguesa e Redação na rede privada de ensino no município de Vitória da Conquista.

Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica (IC – CNPQ).

E-mail: andreia-limma@hotmail.com

Valéria Viana Sousa

Doutora em Letras (Língua Portuguesa e Linguística) pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica – CNPQ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin- UESB e do

Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras – CAPES

E-mail: valerivianasousa@gmail.com

Vânia Raquel Santos Amorim

Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual da Bahia – UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin)/ CAPES

Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica (IC – CNPQ).

E-mail: quelva@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo terá por objetivo investigar como se manifesta o preconceito linguístico em decorrência da predominância da norma culta frente à linguagem popular nas aulas de Língua Portuguesa e como a microconstrução **agora** pode ser inserida no trabalho com variação linguística. Para que este objetivo seja alcançado, verificaremos como ocorre tal fenômeno nas aulas de Língua Portuguesa; buscaremos também reconhecer a diferença entre a linguagem popular e a culta e, por fim, verificaremos como a escola pode atuar para a valorização da norma padrão sem desprestigiar a linguagem popular quando analisa certas microconstruções da língua, por exemplo. Visando alcançar tais objetivos, utilizaremos pesquisa bibliográfica, tendo como suporte teórico, entre outros, Alkmim (2001), Bagno (1999; 2002; 2007) Bortoni-Ricardo (2005), Gil (2002), Gagliari (1996). Esperamos, com esse trabalho, contribuir para a reflexão da comunidade escolar no que diz respeito ao preconceito relacionado à variante popular causado especialmente pela valorização da norma culta em sala de aula.

Palavras – Chave: Agora. Aula de português. Preconceito.

1 Introdução

Para Saussure (1988), a língua é o código utilizado pelas pessoas para se comunicar e vai se modificando com o passar dos anos. Em linhas gerais, conforme afirma Bagno (2007), a língua é considerada instável e mutante, ou seja, nela ocorrem variações que se justificam, dentre outros fatores, pelas diferenças sociais, regionais, históricas, de sexo, idade e grau de escolaridade. Ocasionalmente, assim, modos diferentes de falar os quais são caracterizados, na literatura especializada, principalmente pela língua culta (norma culta) e língua popular.

A língua culta é a linguagem ensinada, predominantemente na escola, por ser a linguagem encontrada na Tradição Gramatical. Seus falantes são, na maioria, pessoas escolarizadas e, em grande parte, de classe social de maior prestígio.

É de domínio comum que a linguagem popular é a mais usada entre os falantes das classes sociais de menor prestígio, sendo influenciada por diversos fatores, tais como: *status* social, profissão, sexo, idade, região, grau de instrução, entre outros. O fator social é sem dúvida o mais influente. O uso da variante culta, em determinados ambientes, causa situações que podem ser, de certa forma, desconfortáveis ao falante popular e pode trazer constrangimentos ao indivíduo, caracterizando assim preconceito linguístico (BAGNO, 2007).

O ambiente escolar não foge à regra, uma vez que é ali que se ensina a norma culta, no qual alguns indivíduos passam a perceber as dificuldades encontradas ao utilizar somente a língua a qual estão habituados, em seu contexto social.

A escola deveria ter em seu papel crucial não só o ensino da norma culta, mas também no aspecto de mostrar a esses indivíduos a riqueza que se encontra enraizada nos aspectos peculiares da língua popular. Infelizmente, muitas vezes, não se leva tais aspectos em consideração, deixando que situações de preconceito aconteçam dentro ou fora de sala de aula.

Além disso, apresentaremos em que aspecto o livro didático contribui para a manutenção do preconceito linguístico quando não leva em consideração novos usos de microconstruções como o **agora** que, na língua popular, percorre outras classes para além da canonizada classe gramatical dos advérbios. Afinal, diante de estudos da Sociolinguística, o professor de Língua Portuguesa pode fazer usos de teorias e estudos amplamente divulgados para redimensionar o trabalho em sala de aula para além do livro didático.

Diante do exposto, esse trabalho mostra-se relevante por pretender descobrir se realmente existem práticas preconceituosas, relacionadas ao modo de falar dos indivíduos falantes da norma popular pelos falantes da língua culta, nas aulas de Língua Portuguesa,

mostrando como a escola pode atuar para a valorização da norma padrão sem desvalorizar a linguagem popular.

Visando alcançar tais objetivos utilizamos pesquisas bibliográficas, que procuravam conhecer, de forma mais aprofundada, a maneira como ocorre o preconceito linguístico, gerado pela norma culta frente à linguagem popular nas aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, foram pesquisadas, entre outras, as obras de Alkmim (2001), Bagno (1999; 2002; 2007), Bortoni-Ricardo (2005), Gil (2002), Gagliari (1996).

Assim, ao término desse trabalho, evidenciaremos como o preconceito linguístico gerado pela norma culta contra a linguagem popular nas aulas de Língua Portuguesa influencia em práticas preconceituosas no ambiente escolar, e, assim, como o professor pode atuar frente a tal problemática.

2 Conceitos necessários

Para iniciarmos o diálogo a respeito do tema proposto, elegemos alguns termos que circundam o espaço escolar para uma adequada contextualização.

2.1 Língua, Linguagem, Linguística

A distinção entre língua, Linguística e linguagem é fundamental para a discussão que apresentaremos. Em seu *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand Saussure (1988) sustentou que a língua é um sistema organizado em um encadeamento de signos linguísticos. Em outras palavras, que a língua se constitui e se forma pelo encontro entre significante e significado (signo linguístico) na articulação e concatenação entre esses signos. Saussure (1988, p. 25) afirmou, nessa perspectiva, que caberia a língua a função de ser um sistema de signos responsável por expressar ideias, enquanto à linguagem, por sua vez, seria

[...] uma faculdade humana, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver, compreender a língua e outras manifestações simbólicas semelhantes à língua. A linguagem é heterogênea e multifacetada: ela tem aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, e pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social. Para Saussure, é impossível descobrir a unidade da linguagem. Grifo nosso. (VIOTTI, s.d.).

Assim, em resumo, a matéria da Linguística é a linguagem humana e suas formas de expressão. De forma que a língua é imaterial, o legado de um povo; a linguagem é a forma como a língua se manifesta; e a Linguística é a ciência que estuda tais fenômenos. Salientamos que compreender tais conceitos é crucial para as análises que faremos a seguir.

2.2 Norma Culta, Linguagem Popular

A norma está conceituada como o “[...]conjunto de preceitos e regras que determina o que deve ou não ser usado numa língua ou que corresponde ao que é de uso corrente numa determinada comunidade linguística” (PRIBERAM, s.d.). A norma, a rigor, está relacionada, principalmente, à norma padrão, norma culta. A norma culta está baseada especialmente nas regras do bem falar e, por isso, vinculada à Gramática Tradicional. Segundo Franchi (1991, p. 8), a “[...] gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores”. Os professores ensinam as regras da língua para seus alunos em sala de aula baseadas nas gramáticas e na Tradição Gramatical. Há autores, contudo, que sabiamente distinguem os conceitos de norma. Assim, atribuem à norma padrão valores como o de uma norma idealizada, responsável pelo bem falar e bem escrever, alicerçada nos valores da Tradição Gramatical. Ao lado disso, teríamos a norma culta, aquela a que o indivíduo atinge após mais de 11 anos de escolaridade. Diferente da norma padrão, que é posta como ideal, a norma culta ocupa o lugar do real. Dessa maneira, representa a forma como os indivíduos que tiveram mais de 11 anos de escolaridade em sua vida realizam efetivamente a língua.

Já a linguagem popular, oposição à culta, pode ser definida, como aquela usada no cotidiano e que, apesar de ser capaz de gerar sequências linguísticas lógicas para que a comunicação seja estabelecida, não está preocupada em obedecer a regras e normas dos compêndios. Assim, em oposição à norma culta, e não à norma padrão, a norma popular caracteriza-se por ser realizada por indivíduos que tenham pouca escolaridade.

Sobre o distanciamento entre língua culta padrão e língua popular, Bagno (2007) corrobora afirmando que:

A norma-padrão não faz parte da língua, não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se muito mais como um modelo, uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes

em geral, mas principalmente sobre o imaginário dos falantes urbanos mais escolarizados (BAGNO, 2007 p. 106).

Na visão do autor supracitado, nesse modelo considerado ideal de língua, não há espaço para os usos reais da língua que é a língua falada pela maioria da população, a qual é levada em consideração todas suas variedades, pois a Língua Portuguesa não é única nem homogênea, ela é heterogênea e mutável. É perceptível para o professor de Português essa heterogeneidade da língua dentro de cada sala de aula.

2.3 Preconceito linguístico

Bagno (2007), em sua obra *Preconceito linguístico o que é, como se faz*, afirma, nas palavras iniciais, que “O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*” (BAGNO, 2007, p. 8) e, para completar, o linguista afirma, ainda, que a gramática não é a língua. Assim, podemos inferir que a comparação entre língua e gramática foi, ao longo do tempo, o que gerou enorme prejuízo aos falantes do português popular de todo o Brasil. O linguista ressalta que a gramática normativa tem a função apenas de prescrever alguns fenômenos visíveis da língua, os fenômenos presentes na chamada norma padrão, mas que esta pertence a tão somente uma parcela pequena e imutável, enquanto a língua é passível de variação e está em constante mudança. No entanto, por ter a seu favor a elite, a norma padrão é considerada a melhor forma de falar e escrever.

Assim, o falante que não faz uso dessa modalidade prestigiada pela elite e, conseqüentemente, pela escola, está fora dos padrões considerados “corretos”, gerando assim uma escola de julgamentos e valores que acaba resultando em preconceito linguístico e exclusão. Pois, segundo Bagno (2007, p. 67), a Gramática Tradicional, sem dúvida alguma, reflete um produto intelectual de uma sociedade aristocrática, com valores machistas, escravagistas, oligárquicos fortemente enraizados e hierarquizados. Dessa forma, por ser pertencente apenas a uma parcela da população, não deveria ser o modelo para todos os falantes da Língua Portuguesa.

2.4 A variação linguística e o preconceito linguístico

É importante ressaltar que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1988). O lado social da linguagem Saussure chama de língua e ao individual chama de fala. De modo que, “a língua, homogênea por natureza, é uma instituição social que pertence a todos os falantes de determinada comunidade linguística. A fala, por natureza heterogênea, é individual e imprevisível” (GOMES, 2003, p. 64). A Língua Portuguesa é então a entidade social da qual fazemos parte e que nos faz ter a identidade brasileira. Esse é um sistema imutável e ao nascermos nesse país é a língua que aprendemos. Entretanto, sendo o Brasil um país de área territorial com dimensões continentais é de se esperar que individualmente a fala tenha peculiaridades e seja realizada de forma diversificada nas várias regiões do país (GOMES, 2003).

Bagno (2007) afirma que, a despeito de todas as campanhas contra todo tipo de preconceito ter crescido muito no país nos últimos tempos, é a favor da maioria. O preconceito linguístico é, muitas vezes, fomentado, especialmente, por aqueles que deviam combatê-los: os professores, dentro da sala de aula. Justamente porque, durante séculos, as aulas de Língua Portuguesa eram apenas a reprodução do que as classes dominantes desejavam. Para o autor, o maior de todos os mitos relacionados à Língua Portuguesa é a afirmação de que ela apresenta uma mesma unidade. Podemos visualizar dentro de uma mesma sala de aula, por exemplo, crianças oriundas de várias regiões e que, com suas peculiaridades, podem até ter dificuldade de se comunicar com seus pares por trazer consigo o falar de sua comunidade de origem, exemplo concreto de que a língua é heterogênea e, sobretudo, de que as diferenças devem ser respeitadas..

As línguas podem sofrer variação e estão em constante mudança. A respeito das variedades do português brasileiro Gomes (2003) explica que:

A variação linguística pode ocorrer em todos os níveis da língua: lexical, fonético, morfológico, sintático e até pragmático, sendo que esses níveis podem estar vinculados a três tipos de fatores. São eles: geográficos, sociais e socioculturais, de contexto (GOMES, 2003, p. 67).

A variação linguística é perceptível de norte a sul do Brasil, com especificidades de uma região para outra e, em alguns casos, de uma cidade para outra.

Como exemplos dessa variação podemos citar a comédia *Cine Holliúdy*¹, do diretor cearense Halder Gomes (2013). “O filme todo falado em *cearensês* é legendado em português, para facilitar o entendimento do público”. O que, se ainda fosse necessário, prova de uma vez por todas que há dialetos dentro do português brasileiro, como assume o autor Bagno (2007) já citado em nosso trabalho.

Dentre essas variedades linguísticas, encontra-se a variante social que, em linhas gerais, é constituída pelo modo falar do indivíduo a depender da classe social a que pertence e está relacionado. Conforme asseguram Barrera e Maluf (2004).

A variação social diz respeito às diferenças observadas na linguagem de diversos grupos sociais, os quais podem ser constituídos por critérios variados, tais como: classe social, grau de instrução, idade, sexo, etnia, profissão e outros. Com relação à influência da posição social e do grau de instrução, fatores esses que em geral se apresentam juntos, pode-se dizer que a oposição mais importante se dá entre a chamada linguagem culta (ou padrão) e a linguagem popular (BARRERA; MALUF, 2004, p.1)

Essa variação é uma das grandes responsáveis pelo preconceito linguístico e pelo fracasso escolar. Como defende Alkmim (2001, p. 42), “[...] podemos afirmar, com toda tranquilidade, que os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor, as atitudes sociais – se baseiam em critérios não linguísticos: são julgamentos de natureza política e social”. E completa:

A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente consensual quando se trata de questões linguísticas: ficamos unanimemente chocados diante da palavra inadequada, da concordância verbal não realizada, do estilo impróprio à situação de fala. A intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc. (ALKMIM, 2001, p. 42).

Dessa forma, está evidente que o preconceito linguístico está em toda parte da sociedade. Assim, a pessoa que exclui e condena o indivíduo que tem seu modo de falar diferente da modalidade considerada padrão, está praticando o chamado preconceito linguístico.

¹ SALEM, Rodrigo. Folha Uol, 2013. **Filme cearense com legenda vira fenômeno de bilheteria**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1325689-filme-estreia-apenas-no-ceara-e-vira-fenomeno-de-bilheteria.shtml>. Acesso em abr. de 2019.

Como agente contribuinte para tal preconceito um elemento de grande influência é marcado pela variação no nível fonético/fonológico do falante, o qual pode ser observado quando diferentes formas de pronúncia de uma mesma palavra ocorrem em uma comunidade linguística como, por exemplo, *bicicreta* em vez de bicicleta; *minino* em vez de menino; *pexe* em vez de peixe; *garage* em vez de garagem, etc.

Uma das causas dessa não aceitação da diferença se dá por falta de experiência linguística adequada à Gramática Tradicional, a qual é tida como única nas aulas de Língua Portuguesa. Desta forma, os alunos das camadas populares, por não terem acesso a um ensino de qualidade, encontram-se em desvantagem dos que tem melhores condições financeiras e tiveram, conseqüentemente, uma outra história de vida e de acesso aos bens e conhecimentos considerados como de prestígio. Assim, esses alunos provenientes de camadas socialmente menos privilegiadas, que têm sua fala diferente a pregada pela norma-padrão, ao adentrar na escola, sentem dificuldades em lidar com a nova linguagem ali imposta. Pois para Bagno (1999).

A escola geralmente não reconhece a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, impondo assim, sua linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de grau de escolarização. (BAGNO, 1999, p.15)

Para o autor, a escola impõe a norma padrão como única, sem considerar qualquer outra forma de linguagem existente. No entanto, sabemos que a grande responsável por essa diferença na linguagem se deve pela desigualdade social existente em nosso país, em que as camadas populares não têm acesso a um estudo de qualidade, como também acesso restrito ou inexistente a lugares que promovem a cultura e o conhecimento.

3 A aula de língua portuguesa: ensino e preconceito linguístico

3.1 a aula de língua portuguesa

Eis o momento mais amado ou odiado por alunos de todas as escolas do país: a aula de Língua Portuguesa. Afinal, esse aluno já traz consigo a língua internalizada desde os primeiros anos de vida, realizando sentenças complexas e comunicando-se com todos. No entanto, ao frequentar a escola o aluno descobre que “ele não sabe português” e afirma

sempre que “o português é uma língua muito difícil”. Antunes (2003, p. 20) corrobora dizendo que “[...] posteriormente, manifesta-se na confessada (ou velada) aversão às aulas de português e, para alguns alunos, na dolorosa experiência da repetência e da evasão escolar”. Isso se deve principalmente pelo despreparo da maioria dos professores de português, em saber manejar bem com seus alunos e introduzir os conteúdos de forma leve respeitando o momento de cada um.

O ambiente escolar não foge à regra, uma vez que é nesse ambiente que se ensina a norma culta e no qual alguns indivíduos passam a perceber as dificuldades encontradas em utilizar uma língua na qual não estão habituados em seu contexto social.

Desde os primeiros anos na escola, as atividades escolares do ensino da Língua Portuguesa são principalmente reservadas para se estudar as normas que regem o português culto. O estudo das particularidades da língua trazidos na Gramática Tradicional é a mola principal das aulas português de todo o país. Antunes (2003), em seu livro intitulado *Aula de português encontro & e interação*, afirma, ainda, sobre o assunto que:

Um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua portuguesa acontece, desde o Ensino Fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas (ANTUNES, 2003, p. 19).

Nas aulas de português o ensino da gramática sempre foi o objetivo mais concreto, com poucas ações formadoras da cidadania. Durante séculos a linguagem popular nunca nem foi citada dentro da sala de aula e baseados nas regras gramaticais os “erros” de português só eram acentuados e ridicularizados, revelando que existem práticas preconceituosas relacionadas ao modo de falar dos indivíduos, falantes da fala popular, não somente por aqueles que dominam a norma culta, mas também pelos professores dentro das aulas de Língua Portuguesa, principalmente por considerar que apenas a forma linguística de prestígio é a correta.

Segundo Gomes (2009, p. 63) “[...] em geral, a maioria das variedades de falares é considerada como forma ‘errada’ de usar a língua e, quando sobre elas se fazem comentários, são carregados, de preconceito”. A autora afirma ainda que é fundamental que o professor de Língua Portuguesa tenha profundo conhecimento “[...] da relação língua-

sociedade para uma boa atuação na sala de aula” (GOMES, 2009, p. 64). Afinal, o professor não forma apenas leitores, mas cidadãos.

3.2 Reflexões

Ao pensar a questão do preconceito linguístico na sala de aula de Língua Portuguesa, o principal questionamento que surge é porque ocorre o preconceito linguístico gerado pela norma culta contra a linguagem popular nas aulas de Língua Portuguesa?

Durante séculos, a norma culta e as regras da gramática foram ensinadas em detrimento a língua de todo dia. O aluno deveria suprimir seu falar e absorver a forma de falar e escrever imposta pela sociedade culta. Assim era ensinado aos professores que, em seu turno, também haviam tido, muitas vezes, a fala coloquial/popular também suprimida sem grandes questionamentos, tendo, assim, seus pensamentos abafados pela política dominante.

A norma padrão sempre imperou nas Gramáticas Tradicionais e nas aulas de Língua Portuguesa. No entanto, a linguagem popular é a que tem maior uso. Dessa forma, podemos fazer a seguinte ilustração: de um lado, há uma minoria que impõe o que é certo, uma minoria que detém o prestígio e o poder socioeconômico; do outro lado, há uma maioria que sofre preconceito. A maioria, então, é considerada como minoria, por ser a oprimida, embora, em termos quantitativos, seja maior.

Isso se deve pelo fato dos falantes da norma popular, que são a maioria, quantitativamente falando, serem de uma classe popular e morarem em localidades que não têm um ensino de qualidade nem acesso a locais que promovam o conhecimento e a cultura. Ou seja, a classe social é grande contribuinte para a concretização do tipo de linguagem utilizada por seus falantes.

A escola, por sua vez, fazendo uso apenas da norma padrão, que é tida como a correta para ser ensinada nas aulas de Língua Portuguesa, contribui para a desvalorização da língua popular e faz com que os alunos não falantes da modalidade prestigiada se sintam rejeitados gerando assim o preconceito linguístico.

A grande responsável por essa diferença na linguagem se deve pela desigualdade social existente em nosso país, em que as camadas populares não têm acesso a um estudo de qualidade como também acesso restrito ou inexistente a lugares que promovem a cultura e o conhecimento. Assim, a escola, que tem como público esses alunos com linguajar diferente

daquele pregado pela norma padrão, deverá proporcionar a eles o ensino da norma padrão, mas também respeitar seu linguajar. Para Bortoni-Ricardo (2005).

[...] Os alunos que chegam à escola falando ‘nós chegemu’, ‘abrido’ e ‘ele drome’, por exemplo, têm que ser respeitadas e valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mais tem o direito inalienável de aprender as variedades de prestígio dessas expressões. Não lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Isto posto, a escola deverá procurar trabalhar de forma a enxergar a diversidade linguística de modo que o aluno conheça a norma padrão, mas, sobretudo o professor deve reconhecer a diversidade linguística encontrada na fala de seus alunos, como expõe Cagliari (1996):

Chegamos agora a um ponto importante. A escola deve respeitar os dialetos entendê-los e até mesmo ensinar como essas variedades da língua funcionam comparando-as entre si; entre eles devem estar incluídos o próprio dialeto de prestígio, em condições de igualdade linguísticas. A escola também deve mostrar aos alunos que a sociedade atribui valores sociais diferentes aos diferentes modos de falar a língua e que esses valores, embora se baseiam em preconceitos e falsas interpretações do certo e do errado linguísticos, têm consequências econômicas, políticas e sociais muito sérias para as pessoas (CAGLIARI, 1996, p. 83).

Nesse sentido, não somente a norma padrão, mas também a variedade linguística deve ser reconhecida no ensino principalmente de Língua Portuguesa, fazendo entender que a variação linguística faz parte da natureza constitutiva das línguas.

Para isso, é necessária uma nova proposta de ensino, devendo a mesma ser mais democrática, tendo por base os padrões reais do uso da língua. Uma alternativa é a reeducação sociolinguística que segundo Bagno (2007):

É uma proposta de pedagogia da variação linguística que leva em conta as conquistas das ciências da linguagem, mas, também, as dinâmicas sociais e culturais em que a língua está envolvida. (BAGNO, 2007, p. 86).

Ou seja, o objeto de estudo da sociolinguística é a diversidade linguística do indivíduo, levando em consideração o meio social e cultural em que se vive como salienta Bagno (2002):

Parece ser mais interessante (por ser mais democrático) estimular, nas aulas de língua, um conhecimento cada vez e melhor de todas as variedades sociolinguísticas, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local para o espaço exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos. (BAGNO, 2002, p. 32).

Nessa perspectiva, cabe a escola, mais particularmente ao professor de Língua Portuguesa, ensinar a seus alunos a língua padrão preconizada nas gramáticas tradicionais, porém não deixar de reconhecer a grande diversidade linguística existente no país, como forma de contribuir para a valorização da mesma, bem como refletir acerca de que não existe um modo certo ou errado de usar uma língua e sim situações de uso a depender do ambiente social em que o sujeito está inserido. Assim, o discente alcançará o domínio da língua culta e também das outras variedades existentes e, certamente, estará bem mais preparado para se comunicar nas mais diferentes situações sociais encontradas.

4.1 Um exemplo prático: a microconstrução agora

O **agora** teve origem na microconstrução linguística do latino *nunc*, “neste momento”, que, ainda no português arcaico, adquiriu a forma *hac hora*, “locução ablativa para agora” e, em seguida, em seu percurso histórico, **agora**, microconstrução que pode ser encontrado nos mais diferentes textos tanto de origem popular quanto clássicos em toda a trajetória da língua portuguesa, está posto, na Tradição Gramatical, na classe dos advérbios.

O **agora**, que, na Tradição Gramatical, está vinculado à classe dos advérbios de tempo, tem sido utilizado atualmente em formas diferentes do padrão canônico, inicialmente, com a ampliação do escopo temporal no qual os usos do **agora** partem da categoria de ‘neste momento’, ou seja, presente, para o funcionamento como momento futuro ou passado. Além dessa ampliação do escopo temporal, a microconstrução vai, também, abandonando características de sua categoria abstrata básica – como a possibilidade de movimentação no enunciado e a vinculação verbal – e passa a exercer função de conector adversativo e explicativo, com um posicionamento mais fixo na estrutura linguística.

A despeito do exposto, o livro didático, a rigor, não considera esses novos usos apresentando apenas o **agora** como advérbio de tempo presente, conforme veremos na análise de quatro coleções de livros didáticos a seguir.

| LIVRO DIDÁTICO | O ESTUDO DA CLASSE DOS ADVÉRBIOS |
|--|---|
| <p>AZEVEDO, Priscila Ramos de; PIRONTI. Tempo de português 7. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. Coleção Tempo.</p> | <p>A coleção apresenta o estudo da classe dos advérbios no 7º ano, no capítulo 3, na seção Estudo da língua. Conceituam-no como a classe de palavras que indicam circunstâncias. Trazem em um <i>box</i> de destaque a informação que essa é uma classe de palavras invariáveis – ou seja, não têm flexão nem de gênero nem de número. Apresentam uma tabela com o tipo, exemplo e mais uma lista de advérbios. Nos advérbios de tempo, o primeiro a ser mencionado é o agora. Não há ali, nem em outro <i>box</i>, ou nos exercícios qualquer menção de outras possibilidades de uso da microconstrução.</p> |
| <p>ALVES, Rosemeire Aparecida; CONSELVAN, Tatiane Brugnerotto. FTD Sistema de Ensino: português 6º ano. Módulo 4. 1. ed. São Paulo: FTD, 2015.</p> | <p>A coleção apresenta o estudo da classe dos advérbios no 6º ano, no capítulo 4, na seção A língua em estudo. Conceituam-no como a classe de palavras que indicam circunstâncias. Apresentam uma tabela com a circunstância e uma lista de advérbios. Nos advérbios de tempo, o primeiro a ser mencionado é o agora. Não há ali, nem em outro <i>box</i>, ou nos exercícios qualquer menção de outras possibilidades de uso da microconstrução. No entanto, no <i>box</i> que destaca a classe como invariável, há uma pequena explicação que “informalmente, existe a flexão de grau do advérbio que intensifica o sentido da palavra. Exemplos: rapidinho; rapidão; longinho; cedinho; nunquinha; loguinho”. Essas possibilidades não são exploradas no exercício de memorização do conteúdo.</p> |
| <p>GIACOMOZZI, Gilio; VALÉRIO, Gildete; REDA, Cláudia Molinari. Descobrimo a gramática: língua portuguesa, 6º ano. Nova ed. São Paulo: FTD, 2010. (Coleção descobrimo a gramática).</p> | <p>A coleção apresenta o estudo da classe dos advérbios no 6º ano, na lição 18. Conceituam-no como a classe de palavras que indicam circunstâncias. Apresentam uma lista com os principais advérbios. Nos advérbios de tempo, o agora é mencionado. Não há ali, nem em outro <i>box</i>, ou nos exercícios qualquer menção de outras possibilidades de uso da microconstrução. Trazem em um <i>box</i> de destaque a informação que essa é uma classe de palavras invariáveis – ou seja, não sofre modificação para indicar gênero, número, pessoa, tempo, modo.</p> |
| <p>PASSOS, Daniela Oliveira. Convergências: português, 6º ano, anos finais do ensino fundamental. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2016. (Convergências).</p> | <p>A coleção apresenta o estudo da classe dos advérbios no 6º ano, na unidade 4, na seção Estudo da língua. Conceituam-no como a classe de palavras que indicam circunstâncias. Apresentam uma lista com os principais advérbios. Nos advérbios de tempo, o agora é mencionado. Não há ali, nem em outro <i>box</i>, ou nos exercícios qualquer menção de outras possibilidades de uso da microconstrução.</p> |

| | |
|--|---|
| | No entanto, no <i>box</i> que destaca a classe como invariável há uma pequena explicação que “contudo, alguns deles podem sofrer mudanças na sua forma, criando determinado efeito de sentido no texto [...] perto/pertíssimo; devagar/devagarinho”. Essas possibilidades não são exploradas no exercício de memorização do conteúdo. |
|--|---|

Os livros didáticos analisados apresentam a classe gramatical dos advérbios de modo semelhante, seguindo a tendência dos gramáticos clássicos (BARROS, 1540; SAID ALI, 1964; CUNHA, 1976; CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 2003). As autoras Passos (2016) e Alves e Conselvan (2015) pincelaram, em suas obras, a perspectiva de outros usos para alguns advérbios, embora não tenham aprofundado essas outras possibilidades de uso com exemplos práticos, cabendo ao professor de Língua Portuguesa ter o conhecimento linguístico e sociolinguístico para nesse momento ampliar os exemplos e trazer para a fala do cotidiano do aluno esses novos usos, que para o falante já é comum, reforçando que a língua é viva e rica em possibilidades.

Quanto ao **agora**, além da ampliação do escopo temporal, o item vai, também, abandonando características de sua categoria prototípica básica – como a possibilidade de movimentação no enunciado e a vinculação verbal – e passa a exercer função de conector adversativo e explicativo, com um posicionamento mais fixo na estrutura linguística. Esse uso pode ser observado nas seguintes passagens: “Era paca, era cuti, era o que tivesse ele fazia, **agora** só que ele sumia, era uma, *duas semana dento* do mato”; “[...] por isso que ele morreu, que ele, no lugar dele tomar remédio ele tomava era cerveja *sábo* e domingo, **agora**, ele *num* era uma pessoa ruim não” (E.S.B 45 anos, mulher). “Tem dezesseis anos. Dezesseis anos, não. Dezessete. Fez **agora** em dezembro”. (S.J.S.33 anos, mulher). A ação verbal parte de um tempo imediatamente anterior ao do discurso e, embora haja esse alargamento temporal, o valor de presente persiste no item, sendo representado por um deslocamento do tempo presente em direção ao tempo passado. (LIMA, 2014).

Estudos, artigos, dissertações, como o exemplo de Lima (2014), e teses podem, portanto, auxiliar ao professor de Língua Portuguesa na ampliação do conhecimento e prática na sala de aula, como o exemplo do **agora**, advérbio de tempo presente que pode servir de mote para o estudo da variação linguística.

3 Considerações Finais

A presente pesquisa, de acordo seus objetivos, assumiu um caráter explicativo, uma vez que segundo Gil (2008, p.28) se preocupa em identificar “[...]os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. De tal modo, utilizou o procedimento bibliográfico tendo como suporte metodológico as obras dos autores como Alkmim (2001), Bagno (1999, 2002, 2007) Bortoni-Ricardo, (2005), Gil (2002) e Gagliari (1996), entre outros, que reforçaram os conceitos aqui explorados e embasados.

Realizamos pesquisas que visavam conhecer, de forma mais aprofundada, a maneira como ocorre o preconceito linguístico gerado pela norma culta contra a linguagem popular nas aulas de Língua Portuguesa.

Assim, investigamos como o preconceito linguístico gerado pela norma padrão contra a linguagem popular nas aulas de Língua Portuguesa influencia as práticas preconceituosas no ambiente escolar, verificando como este atua frente a tais variações.

O professor de Língua Portuguesa tem um importante papel na valorização da língua e de suas variantes e é de fundamental importância que ele tenha em mente que, ao ensinar a norma padrão, não deve rechaçar a variante popular, mas sim refletir com seu aluno as necessidades de manutenção de cada uma delas. Além disso, pode ampliar sua prática para além do livro didático buscando possibilidades de mesclar a variedade de prestígio e a de uso de seu aluno para reforçar a riqueza da língua.

5 Referências

ALI, M. S. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Editora Universidade de Brasília, 1964.

ALKMIM, T. Sociolinguística. *In*: MUSSALIM, E. BENTES, A.C. (orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-47.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Língua materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BARRERA, Sylvia Domingos; MALUF, Maria Regina. **Variação linguística e alfabetização:** um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)* [online]. 2004, vol.8, n.1, pp. 35-46. ISSN 1413-8557.

BARROS, João de, 1496-1570. **Grammatica da lingua portuguesa** / [João de Barros]. - Olyssipone : apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. - 60 f.; 4° (20 cm). (Obtida da Biblioteca Nacional Digital de Portugal). Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Joao_de_Barros.pdf&mn=gramatica5menu.php. Acesso em abr. de 2019.

BORTONI-RI CARDO, S. M. **Nos chegemu na escola, E AGORA?** Sociolinguística & educação. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial: 2005.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística.** 10. ED. São Paulo: Scipione, 1996. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/silvanaaraujo.pdf>. Acessado em 24 de abr. de 2019.

CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: FAE, 1976.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed..1985.

FRANCHI, Carlos. **Criatividade e gramática.** São Paulo: SE/Cenp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 2009.

LIMA, Andreia Prado. **Agora:** o funcionamento de um item linguístico. 2014. 101fls. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista – BA, 2014 (Mimeo).

PRIBERAM. **Significado Norma**. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/norma>. Acesso em abr. de 2019.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SALGADO, Solyany Soares. Ciência Linguística: da origem saussuriana ao percurso sociolinguístico. **Revista Espaço Acadêmico**. Universidade Federal de Alagoas, Brasil. v. 9, n. 100, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 12ª Ed. Edição original: 1916.

VIOTTI, Evani. **Temática 2: A língua para Ferdinand de Saussure**. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/introducao_aos_estudos_linguisticos/2_A_lingua_para_Saussure.pdf>. Acesso em abr. de 2019.